

# CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE GOIÁS – PLANO DE ASSESSORIA

Esmeraldina Maria dos Santos  
Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos  
Comunicação  
Estado e políticas educacionais

Esta comunicação visa apresentar os objetivos e referências que embasam o plano de assessoria de integrantes do Fórum Goiano de EJA em parceria com a Seduc-Goiás, para a Construção das Diretrizes Pedagógicas e de Gestão da Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual de Ensino. Tomando como princípio a participação daqueles que fazem a EJA na Rede, foram pensadas ações como: constituir uma agenda conjunta de discussão e estudo acerca da EJA; discutir suas particularidades no âmbito da Seduc-Goiás; construir possibilidades de reorganização curricular; provocar discussões sobre o trabalho coletivo e gestão democrática; selecionar os elementos necessários às políticas de formação específica. São referências Cury (2000); Gatti (2005); Machado (2001); Paro (2005). A assessoria e a equipe da Seduc realizaram encontros de estudo e trabalho, a partir dos quais foram elaborados e aplicados questionários nas escolas que atuam com a EJA. Esse trabalho se encontra em fase de sistematização.

Palavras chave: diretrizes pedagógicas e de gestão; EJA; participação.

## Introdução

Este texto visa apresentar os objetivos e referências que embasam o plano de assessoria de integrantes do Fórum Goiano de EJA em parceria com a Seduc-Goiás, para a Construção das Diretrizes Pedagógicas e de Gestão da Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual de Ensino.

Tal plano origina-se de decisão dessa Secretaria que, como parceira do Fórum Goiano de EJA<sup>12</sup>, apresentou a este Fórum no final do primeiro semestre de 2008 a intenção de elaborar as referidas Diretrizes. Por sua vez, a preocupação com a qualidade da educação de EJA no Brasil, e principalmente no Estado de Goiás, levou integrantes do Fórum a aceitarem o desafio de pensá-las e elaborá-las conjuntamente.

Para essa construção tomou-se como princípio a participação daqueles que fazem a EJA na Rede. A partir daí, foram pensadas ações e metodologias que possibilitassem tanto o auto-reconhecimento da identidade dessa educação forjada ao

---

<sup>1</sup> O Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, formalmente constituído em 2002, vem, desde então, procurando agregar o poder público, entidades de classe, organizações não governamentais, movimentos sociais, instituições de educação superior, empresas e outras instituições, em torno do fortalecimento da EJA em nosso Estado. Para tanto, centra seus objetivos na proposição de temáticas pertinentes ao pensar e fazer EJA e na possibilidade de construção de uma política democrática para esta modalidade. ([www.forumeja.org.br/go](http://www.forumeja.org.br/go))

longo dos anos no interior da Rede quanto a definição de Diretrizes Pedagógicas e de Gestão a partir das especificidades locais e dos referenciais nacionais no campo da EJA.

### **Aspectos da trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Estado de Goiás**

Os debates promovidos pela sociedade civil a partir dos anos 1980 no campo educacional representaram um marco para a EJA, o que foi reafirmado por meio do artigo 208 da Constituição Federal, que estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria (Brasil, 1988). A ampliação legal da responsabilidade do Estado com a educação da população coloca, portanto, a educação dos jovens e adultos no lugar onde sempre deveria estar do direito à educação sem discriminação de idade.

Nessa perspectiva, a importância do presente trabalho em parceria com o Fórum Goiano de EJA se justifica na medida em que a Seduc-Goiás se dispõe a assumir o papel que é de sua responsabilidade: o de promover, definir e implementar políticas públicas educacionais que assegurem o atendimento, com qualidade, ao público que demanda por essa modalidade de educação no Estado. Esta decisão, além de indicar o esforço em direção ao cumprimento do dever do Estado com a educação, demonstra a preocupação social com sujeitos de direitos que representam uma parcela excluída da sociedade. Uma decisão que não se restringe à intenção de atender os não-alfabetizados, mas assume um compromisso com a qualidade da educação oferecida aos jovens e adultos que demandam as etapas da educação sob sua responsabilidade – majoritariamente os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio.

A partir do desafio proposto, buscou-se desenvolver o trabalho baseado na concepção de que a essência de uma consultoria está em sua condição de ação mediadora, que não se evidencia de imediato, não se isola, mas que se integra ao processo do qual faz parte. Sob essa perspectiva, compreende-se que “um bom trabalho de consultoria” prestado à Seduc-Goiás, que a auxilie na *Construção das Diretrizes Pedagógicas e de Gestão da Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual de Ensino* será consolidado na medida em que se busque, **coletivamente**, mudanças de cunho político-pedagógico em direção ao aprimoramento da qualidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA ofertada no estado de Goiás.

Compreendendo que parte da definição da identidade dessa modalidade na Rede Estadual está em sua trajetória ao longo do tempo, é importante ressaltar que a Secretaria Estadual de Educação de Goiás, desde o final da década de 1940, reservou na sua estrutura administrativa um espaço destinado à EJA conhecido como Serviço de Educação de Adultos do Estado de Goiás (MACHADO, 2001); o que, por si só, não significa uma preocupação com a EJA desenvolvida no Estado.

Os estudos de Machado (2001) apontam que para um total de 16.500 classes distribuídas em todo país em 1950, Goiás respondia por menos de 3% delas. Em relação aos dados dos outros estados, apresentados pela autora, já se percebe a defasagem do estado de Goiás em relação ao atendimento à Educação de Adultos (Machado, 2001, p.51). O que vai se delineando na realidade nacional com centralização das políticas federais, é a idéia de que cabe à União a iniciativa, e aos estados cumpri-la, característica identificada nos estudos desenvolvidos por Machado (2001).

Nos anos de 1960 o Estado dividiu com os movimentos sociais a realização da EJA, voltando em cena na década de 1970 com implantação e implementação do ensino supletivo. A ação do estado se fez por meio de inúmeros programas do Departamento de Ensino Supletivo que buscavam responder aos desafios da demanda crescente de adolescentes e adultos sem escolarização (Machado, 2001, p.59). Esses programas se

estenderam até meados de 1980. É importante ressaltar que Mobral nesse período era responsável pela alfabetização dos adultos e formação de professores.

Ainda, valendo-se das análises de Machado (2001), é salutar apontar como conquista da EJA em Goiás na década de 1990, a Resolução do Conselho Estadual de Educação - CEE N.º 075/90 que facilita a entrada dos educandos via classificação.

Expressão dos avanços e retrocessos das políticas educacionais que marcam os governos federal, estaduais e municipais nas últimas décadas, percebe-se que a EJA não se constituiu no âmbito da SEE<sup>3</sup> como uma modalidade que, como tal, carece de uma política específica. Isto se revela pela opção dessa Secretaria em seguir as propostas designadas a ela pelo governo federal, sem, contudo estabelecer um necessário crivo crítico dessas ações. Reforçando essa idéia, revela-se a ausência do estado como indutor de políticas educacionais de qualidade; o que em muito contribuiu para que a EJA não ocupasse o mesmo lugar que, por exemplo, o ensino fundamental destinado a crianças e adolescentes, ocupa na Secretaria; realidade que ao longo do tempo se verifica na esfera federal e, em muitos outros estados e municípios do País.

Propondo um rompimento com essa realidade e buscando resgatar o compromisso do poder público com a sociedade, a Seduc se mobiliza para construção das Diretrizes Pedagógicas e de Gestão em pauta e, com o intuito de fortalecer essa ação, o Fórum Goiano de EJA se colocou como co-participante do processo por meio da consultoria.

A citada consultoria pauta-se no princípio democrático de participação coletiva, concebida aqui como participação nas decisões; conforme Paro: a partilha de poder (2002, p.16) e não somente na execução de atividades como fim em si. Assim, propõe-se a atuar em conjunto com as equipes de EJA que compõem a Secretaria e suas subsecretarias, com profissionais da educação que atuam nas escolas como gestores, professores e/ou administrativos, contando também com a importante participação de educandos. Compreende-se que tomar a participação como princípio significa a busca de um conhecimento crítico da realidade, procurando identificar os determinantes da situação tal como ela hoje se apresenta (PARO, 2002, p.19).

Nessa direção, problematizar as relações existentes no âmbito da Seduc, das subsecretarias e da escola, por exemplo, tem por objetivo conhecer as contradições que precisam ser aproveitadas como ponto de partida para ações com vistas à transformação nestas relações e, por conseguinte, no espaço social (PARO, 2002, p.19). O sentido aqui proposto foi o de envolver, co-responsabilizar e valorizar o conhecimento e experiência de todos os sujeitos que, de uma forma ou de outra, vêm dando concretude à essa modalidade educacional na Rede Estadual.

Tem-se clareza, contudo, de que buscar essa participação de modo articulado não é tarefa simples, porque pressupõe romper com a concepção de gestão da burocracia estatal que, de modo geral, acompanha as reformas pelas quais têm passado ao longo dos anos a administração pública no Brasil. Concepção esta a qual a estrutura burocrática educacional não é indiferente e que, na maioria das vezes, mais tem contribuído para o distanciamento entre instituições, e destas em relação aos sujeitos, do que para uma aproximação na busca de se atingir as finalidades da educação nas instâncias administrativas dos sistemas de educação do País. Trata-se, nesse sentido, de buscar constituir uma cultura de participação em contraposição a uma lógica tendente a adaptação (JESUS, 2004).

---

<sup>3</sup> Sigla anteriormente utilizada para designar a Secretaria de Estado da Educação.

O Plano de Trabalho ora apresentado pauta-se, portanto, nessa perspectiva de participação e compreende que o trabalho de consultoria é parte também de um processo de formação continuada dos profissionais e educandos envolvidos na elaboração e execução das Diretrizes. A concepção de consultoria mediadora pressupõe uma relação dialética com o objeto; na qual os sujeitos envolvidos buscam compreender e desvelar a realidade, sendo o processo de compreensão e reelaboração, por si, constituinte de uma ação formativa dos sujeitos participantes.

## **1. Propósitos**

A preocupação com o desafio de se garantir a oferta, não somente de vagas, mas, sobretudo de uma educação de qualidade, tem levado a Seduc a rever os projetos pedagógicos desenvolvidos em EJA e reelaborá-los na perspectiva da educação ao longo da vida, como direito de todos e dever do estado. Conforme Cury, a educação de jovens e adultos representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades (2000, p.10); o que equivale dizer que o poder público precisa ampliar o atendimento em todos os níveis da educação pública e não somente na alfabetização. Nessa perspectiva se inscreve a ação de Construção das Diretrizes Pedagógicas e de Gestão em pauta.

O propósito de se discutir as possibilidades de Organização Curricular da EJA nos níveis fundamental e médio, privilegiando o atendimento às especificidades dos educandos de EJA, parte do princípio de que a essa modalidade necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio, a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos (Cury apud SOARES, 2002, p.38). E esta é uma oportunidade concreta e uma alternativa viável ao atendimento às especificidades destes segmentos no estado de Goiás.

Visando contribuir para a consolidação do Projeto inicialmente elaborado pela Seduc e considerando a perspectiva formativa desse trabalho, essa Consultoria propôs constituir uma agenda conjunta de discussão e estudo com os gestores da Seduc, subsecretarias e escolas acerca da modalidade de EJA durante a construção das referidas Diretrizes, a fim de ampliar as reflexões sobre a gestão da EJA na Seduc.

A consulta à literatura é fundamental quando se quer conhecer e problematizar determinado objeto (MOROZ, 2002). Nesse sentido, foram pensadas ações formativas que pudessem fomentar as discussões acerca do trabalho coletivo e de Gestão Democrática, na perspectiva de criar, no âmbito da Seduc e instituições escolares, momentos que buscassem problematizar a realidade existente e estabelecer novas formas de relações que caminhem no sentido de ampliar as ações democráticas no interior desses espaços. Segundo Paro (2002), a transformação da escola passa pela assunção dos sujeitos a vivenciarem e construir esses espaços. Provocar inquietações, indagações nos sujeitos que fazem a EJA na Seduc nos diversos espaços que ocupam, foi o que se pretendeu com essa construção.

Para tanto, foram previstos momentos de estudo de referencial teórico pertinente, análise documental, elaboração conjunta de questionários por segmentos e, a partir destes, realização de entrevistas.

A preocupação com a escrita do Documento levou a equipe da Seduc e a consultoria à constituição de momentos de estudo e debate acerca de temas relativos à sua construção (Histórico da modalidade – nacional e local, concepções de currículo, de metodologia e avaliação, sujeitos da EJA etc)

Dentre os objetivos a serem atingidos, por meio das contribuições advindas dos questionários, destaca-se a possibilidade de captar elementos necessários às políticas de

formação continuada específica para os educadores que atuam na modalidade em foco. Possibilitar o diálogo com os educadores acerca de suas reais dificuldades formativas é, no mínimo, propiciar condições de aproximação entre as políticas de formação continuada propostas pelo estado e os educadores de EJA. De acordo com Cury apud Soares (2002) pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino (p.114).

A preocupação com a formação específica sempre se fez presente nas discussões de EJA. Principalmente, quando se trata das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio, que envolvem as licenciaturas e a EJA, os desafios se apresentam não somente para a formação inicial e continuada, mas, sobretudo para a prática educativa. Por isso que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da crítica sobre a prática (FREIRE, 2001, p. 43). O que se espera é que essa escuta aos educadores, gestores, técnicos propicie momentos de reflexões sobre a prática desenvolvida por esses sujeitos nos seus respectivos espaços de ação.

## **2. Metodologia de Trabalho**

Na tentativa de conhecer a EJA nos diferentes espaços da Seduc, das subsecretarias e escolas, a Consultoria valeu-se do protocolo da pesquisa científica que tem como base a problematização da realidade, ação essa que exige reflexão e auto-reflexão sobre o ato de conhecer (GATTI, 2002, p.57), buscando garantir maior credibilidade ao trabalho desenvolvido.

Quanto às estratégias utilizadas para o levantamento dos dados para a elaboração das diretrizes, levaram-se em consideração os limites e possibilidades apresentadas na realidade da Seduc-Goiás e o tempo disponível para a realização do trabalho.

O processo teve início com uma reunião geral com técnicos da Seduc, consultoria e gestores. Dessa reunião decidiu-se pela consulta às instituições educacionais por meio de questionários, por meio dos quais seriam ouvidas e acatadas sugestões dos segmentos de gestores, administrativos, professores e educandos. Para dar continuidade ao processo, foi criado um grupo de estudo composto da equipe Seduc e consultoria, com o objetivo de buscar fundamentação teórica que possibilitasse a compreensão da EJA no âmbito nacional e estadual, bem como aprofundar estudos a respeito de alguns passos da pesquisa em educação.

Em seguida, partiu-se para a elaboração conjunta dos questionários com questões abertas e fechadas destinadas aos sujeitos que trabalham com a EJA na Seduc (gestores, professores, administrativos e educandos). Esta foi considerada uma ação importante para se conhecer as condições e contradições dessa modalidade na rede estadual e também, por se acreditar que “a coleta de informações não se faz ao acaso, mas visa atingir os propósitos específicos da investigação, ou seja, ela ocorre em função de obtenção de resposta ao questionamento existente” (MOROZ, 2002, p.21). No caso em foco seria pela necessidade de aproximar dos sujeitos que realizam a EJA no estado, conhecer as nuances e os desafios que perpassam suas realidades no campo da gestão, da docência e do processo ensino-aprendizagem.

Os dados se encontram em fase de sistematização. Dessa escuta, pretende-se criar os eixos norteadores das referidas Diretrizes. O que se pretendeu com tal procedimento foi tentar aproximar Consultoria, equipe gestora da Seduc e escola - técnicos, professores, educandos, num processo de discussão que os levassem a questionar e estimular as reflexões sobre a EJA no estado de Goiás, criando, desse modo, subsídios para a construção das Diretrizes. Criar possibilidades de autonomia, de

discussões que buscassem refletir, problematizar o cotidiano da EJA, sua identidade no Estado e a forma como se dá a gestão dessa modalidade no interior da Rede Estadual de Ensino de Goiás foram objetivos que orientaram essa Consultoria.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. Brasília: Senado, 1988.

CURY, Carlos Roberto Jamil. 2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. In. BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer nº 11, de 7 de junho de 2000. Brasília: CNE/CEB.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. (Coleção Leitura)

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro Ed., 2005. (Série pesquisa em educação)

JESUS, Janaina C. de. **Autoritarismo e democratização (re)configurando os espaços de poder da burocracia estatal: a trajetória da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia**. 2004. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia.

MACHADO, Maria Margarida. **A política de formação de professores que atuam na educação de jovens e adultos em Goiás na década de 1990**. 2001. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo.

MOROZ, Melania, GIANFALDONI, Mônica Helena T.Alves. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Plano Editora, 2002. (Série Pesquisa em Educação, v.2)

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**.3ª ed. São Paulo: Ed. Atica, 2005.

SANTOS, Esmeraldina Maria dos. **Os saberes dos professores do ensino fundamental da educação de adolescentes, jovens e adultos**.2007. Dissertação (Mestrado), Universidade Católica de Goiás (UCG), Goiânia.

SOARES, Leôncio. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. (Diretrizes Curriculares Nacionais).